

Ata de Reunião

1
2 Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às oito horas e trinta
3 minutos, os membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e convidados se
4 reuniram para a 4ª Assembleia Geral Extraordinária de 2022, realizada por
5 videoconferência, Plataforma Google Teams, por meio do link: <https://bit.ly/3ysDHcJ>, para
6 discutir os seguintes pontos de pauta que foram encaminhados anteriormente a todos os
7 membros: **Item 1 – Abertura da sessão e verificação de presença de quórum; Item 2 –**
8 **Comunicado aos conselheiros; Item 3 – Leitura do expediente e das comunicações**
9 **da ordem do dia; Item 4 – Discussão e aprovação da Deliberação Normativa que altera**
10 **estabelece o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari,**
11 **conforme Deliberação Normativa CERH-MG, nº69, de 9 de agosto de 2021; Item 5 –**
12 **Aprovação da Deliberação do CBH Araguari nº124, de 27 de maio de 2022, ad**
13 **referendum, referente a participação do conselheiro Celismar Costa Melo**
14 **(Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia – DMAE), palestrar no**
15 **Município de Perdizes; Item 6 – Aprovação da Deliberação do CBH Araguari nº130, de**
16 **15 de junho de 2022, ad referendum, referente a participação do conselheiro Maurício**
17 **Marques Scalon no 3º Seminário de Integração do Comitê de Bacia Hidrográfica do**
18 **Rio Araguari; Item 7 – Discussão e deliberação do Processo de Outorga**
19 **nº31983/2014, requerido pela Mosaic Fertilizantes P&K Ltda, processo SEI**
20 **nº1370.01.0007548/2021-77; Retorno do Pedido de vista: Grupo Escoteiro Potiguar e**
21 **Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Item 8 – Outros**
22 **assuntos.** Membros presente: Bruno Neto de Ávila (IGAM), Miguel Ribon Junior (SEAPA),
23 Sérgio Luiz Quirino de Melo (PMMG), Alberto José de Almeida (EMATER), Hideraldo Buch
24 (SES), Juliene Cristina Silvério (IEF), Amilton Alves Filho (SEMAD), Rusgislaiane Dias Alves
25 de Zoppa (IMA), Wilton José Fernandes (PCMG), Amanda Bessa Pacheco (Prefeitura
26 Municipal de Sacramento), Graciene Maria Guimarães (Prefeitura Municipal de Perdizes),
27 Bruno Gonçalves dos Santos (Prefeitura Municipal de Araguari), João Batista Júnior
28 (Prefeitura Municipal de Santa Juliana), André Vieira dos Santos (Prefeitura Municipal de
29 Patrocínio), Marcos Magno da Gama (Inter Ambiental), Daiana Souza Lima (Prefeitura
30 Municipal de Uberaba), Reginaldo José de Oliveira (Prefeitura Municipal de Indianópolis),
31 Ivo de Ávila Ferreira (Prefeitura Municipal de Tapira), Augusto Peres Arruda (Prefeitura
32 Municipal de Serra do Salitre), Fausto José Silva (SINDÁGUA), Vera Lúcia Abdala (Campus
33 Uberaba), Antônio Geraldo de Oliveira (UNICERP-Patrocínio), Sylvio Luíz Andreozzi (UFU),
34 Antônio Giacomini Ribeiro (ANGÁ), Gabriel Santos Miranda (Grupo Escoteiro Potiguar),
35 Maurício Marques Scalon (FONASC-CBH), João Eduardo Della Torres Ferreira (ABES),
36 Eurípedes dos Reis Pereira Junior (APEA-TMAPS), Fernando Antônio Abdalla (APROGEO-
37 TRIALTO), Fernando Cezar Juliatti (AGROTAP), Celismar Costa Melo (DMAE-Uberlândia
38 MG), Leandro Borges da Cruz (COPASA), Maria Eduarda R. da Cunha e Gonçalves



39 (FIEMG), Nayana G. Marques Silva (Mosaic Fertilizantes), Alex Pimenta Batista (IBRAM),
40 Thiago Felipe Alves Batista (Sindicato Rural de Uberlândia), Luiz Humberto Gonçalves Reis
41 (FAEMG), Jadir Silva de Oliveira (SIAMIG) e Dênio Drummond Procópio (CEMIG).
42 Convidados: Isabel Evaristo (ABHA), Hygor Siqueira (ABHA), Cristiane Turlon (ABHA),
43 Isadora Santos (ABHA), Sândra Vieira (ABHA), Bruna Nogueira de Souza (IGAM), Pâmela
44 Bernardes (IGAM), Maria de Lourdes Amaral Nascimento (IGAM), Tayná Uber (IGAM),
45 Thiago Figueiredo Santana (IGAM), Jeane Sabrina Maia (IGAM), Domingos Souza (Mosaic
46 Fertilizantes), Claudomiro Silva (Mosaic Fertilizantes), Aparecida Dias (Mosaic
47 Fertilizantes), Michelle Mariano (Mosaic Fertilizantes), Caroline Oliveira (Mosaic
48 Fertilizantes), Bianca Simone, Letícia Ribeiro, Flávio Amorim, Rodrigo Braga, André Santos
49 (Mosaic Fertilizantes) e Lara Freitas (Tanto Expresso). No **item 01** da pauta, após a
50 verificação do quórum, o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (CBH
51 Araguari), Bruno Gonçalves dos Santos, inicia a reunião agradecendo a presença de todos.
52 Foi realizada uma chamada nominal e houve verificação de quórum. No **item 2** o
53 conselheiro Hideraldo Buch fez um comunicado em relação ao Encontro Nacional de
54 Comitês de Bacias que está chegando, comentou que pegou alguns informes com a Soraia
55 que é da comissão da organização do evento, disse que estão com 1.500 pessoas inscritas
56 no evento, comentou que as inscrições estão encerradas por conta do limite de pessoas,
57 falou sobre o evento ser totalmente presencial, vários expositores de outros segmentos que
58 vão levar suas experiências e seus trabalhos, disse que ainda não está fechado todos os
59 nomes dos palestrantes, e sobre a vitória que eles tiveram em relação aos trabalhos
60 científicos que foram inscritos, num total de 130, que vão ser colocados em exposição e os
61 autores vão estar presentes para fazer suas explicações sobre os trabalhos relacionados a
62 bacia e finalizou dizendo que estão aguardando os cases para fechar a programação.
63 Maurício Marques Scalon disse que o relato do Hideraldo Buch sobre o contexto do
64 Encontro foi abrangente, e só complementou sobre a coordenação que ele coordena, disse
65 que o trabalho pesado é durante o evento, onde serão divididos por equipes para
66 proporcionar apoio as pessoas que estarão chegando ao evento principalmente no primeiro
67 e no segundo dia e estarão todos os dias no evento para dar subsídio para quem tiver
68 precisando de alguma coisa dentro do encontro. Disse que eles solicitaram um colete para
69 a organização do evento para eles usarem e ficarem visíveis no meio de todos para que as
70 pessoas pudessem procurar eles, e foi negado pela organização por falta de recursos, mas
71 disse que o Tonhão de Paracatu conseguiu os coletes com a agência deles e que já estão
72 sendo confeccionados e serão entregues durante o ENCOB para ser utilizado. Falou sobre
73 a reunião que terá no domingo que antecede o evento para que haja a distribuição do
74 pessoal, para que possam ser definidos os postos de trabalhos do comitê durante o evento.
75 Hideraldo Buch disse que cada comissão terá uma reunião no domingo para organizar os
76 trabalhos, e com relação a hospedagem, disse que ficou sabendo que ainda tem algumas



77 vagas no hotel onde será realizado o evento com a promoção fechada, e que para ganhar
78 a promoção é só dizer que está para o ENCOB e que irá participar do evento. Antônio
79 Giacomini Ribeiro disse que sobre o GT Cobrança, foram encerrados os trabalhos dentro
80 do prazo previsto, pediu desculpas pelo atraso do relatório por conta de ter pegado COVID,
81 mas disse que agora está tudo bem e que o relatório foi encaminhado para a diretoria e
82 será feito os devidos encaminhamentos do trabalho, agradeceu a todos os membros da
83 comissão e a participação dos usuários, onde tiveram uma reunião com mais de 30
84 participantes em um GT de 5 pessoas, foi bastante ativo com muitas sugestões e que foi
85 bastante ampla e democrática a discussão. Antônio Geraldo informou para todos que ele
86 está representando a UNICERP, e foi substituído o Claudomiro por questões de dificuldade
87 de participação, assim ele foi indicado para representar, agradeceu a UNICERP por ter
88 confiado essa representatividade nesse comitê. Hideraldo Buch disse que foi aprovado as
89 deliberações normativas da cobrança dos comitês o conselho aprovou a cobrança da bacia
90 do grande do GD1 até GD8 foram aprovados, apenas o GD6 que falta passar pelo conselho
91 para ser aprovado. No **item 3** de pauta foi feita a leitura do expediente e das comunicações
92 da ordem do dia pela Isabel Evaristo. No **item 4** de pauta houve a discussão da Deliberação
93 Normativa nº 69, o Presidente Bruno Gonçalves Santos disse que é em função da nota
94 jurídica que eles receberam e a orientação do IGAM quanto a aprovação na última
95 assembleia do regimento interno que informaram que aprovado da forma que está, estaria
96 ferindo a DN nº 69 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, então para se ter o
97 funcionamento regular do comitê, eles propuseram este item 4 para que este fique em
98 consonância com a deliberação nº 69 do Conselho Estadual. Pediu para que fosse
99 projetado as modificações, lembrou que eles fizeram toda a discussão na última reunião e
100 o intuito das intervenções na proposição no próprio regimento era justamente para facilitar
101 e para dar identidade naquilo que eles querem do comitê, mas infelizmente a questão
102 jurídica entendeu que ficou de uma forma que estaria chocando com a deliberação nº69 e
103 informou para o comitê que precisaria de outras adequações no regimento. No parágrafo
104 5º, o que foi colocado ficou distante do que a DN trouxe e a questão do parágrafo 6º. Disse
105 que é difícil para ele ter que voltar nessa questão que eles já tinham entendido que era o
106 melhor caminho, mas eles poderiam utilizar de outro caminho, mas como o professor Sylvio
107 propôs e eles estão fazendo a consulta do aumento do número de vagas, e disse que a
108 situação em que eles colocaram é pertinente e eles não vão desistir delas, eles retiraram a
109 proposta para que fique em consonância no comitê e que o funcionamento do comitê não
110 fique paralisado, mas eles vão propor para o próprio Conselho Estadual através de moção
111 ou manifestação sobre todas essas situações que foram levantadas e foram aprovadas na
112 reunião anterior para ter esse entendimento e poder ser colocado no regimento. Parágrafo
113 1º e 3º sobre a questão do quórum de instalação foi entendido pelo IGAM que afastaria do
114 entendimento da DN nº69, e a proposta é manter da mesma maneira que está e



115 basicamente é isso. Sylvio Andreozzi expõe que os apontamentos levantados pelo plenário
116 não foram atendidos na nota jurídica. Nada do que solicitaram está ilegal, tanto que a nota
117 jurídica diz que está irregular, que pode dar regularidade, isso não significa que está errado.
118 Pontua sobre o quórum que a única observação que acha pertinente por parte do jurídico,
119 é que se garanta 1/3 que foi sugerido na manutenção do quórum mínimo, é a frequência de
120 todos os segmentos que deveria ser incorporado inclusive na redação do regimento, fora
121 isso não tem nada que impeça aquilo que foi mandado para aprovação, está explícito que
122 não ficou muito claro no item 28, nesse caso, está explícito no parecer que não contraria a
123 norma legal, então não tem por que mexer. Andreozzi expõe sobre a inserção do parágrafo
124 sendo desnecessária. Ressalta que não viu em nenhum lugar escrito que garante a
125 representação mínima de cada segmento, quando redige, aquilo que não está escrito, não
126 existe e fica sujeito a interpretação. Quando se escreve que garante a representação
127 mínima de cada segmento, Andreozzi não vê a inutilidade como é dito no item 29 da
128 sugestão que colocaram, então em primeiro lugar o parágrafo 5º pode ser mantido, até
129 porque está escrito que não fere a legalidade do parecer e o parágrafo 6º deveria ser
130 mantido, mas para não prejudicar o andamento do trabalho, retirasse. Sobre o quórum de
131 instalação, não há nenhum impedimento para que o comitê possa colocar a decisão que foi
132 tomada na reunião anterior, sugestão de que seja garantido naquele 1/3 do quórum mínimo
133 de funcionamento, a presença dos quatro segmentos, ele não vê impedimento para isso e
134 tem uma observação que é feita lá, que na verdade é uma opinião que acham complicado
135 a manutenção do quórum para o funcionamento da assembleia dado ao histórico de vários
136 comitês, mas não é esse o histórico do CBH Araguari, pois os conselheiros participam sem
137 prejuízo de quórum. Andreozzi solicita que ao Presidente passar a palavra para a
138 representante da Igam. A representante do Igam/GECBH, Jeane Sabrina de Maia esclarece
139 os apontamentos da nota jurídica. Ressaltou que quando a Abha entrou em contato com a
140 GECBH, antes de convocar a reunião, foi colocado que a gerência não poderia fazer
141 alterações ou nova interpretação da nota jurídica, o que poderia ter sido feito antes de
142 convocar a reunião, seria fazer um novo questionamento a procuradoria, pois é ela que
143 altera a nota. Sobre a questão do 1/3, o jurídico entende que, o que estaria ferindo, seria o
144 fato de não ter colocado a obrigatoriedade por segmento, não seria 1/3 dos membros como
145 um todo, e sim a participação de todos os segmentos, ou seja, ao invés de ter no mínimo 1
146 representante por segmento como está na deliberação 69 do conselho, o Araguari teria que
147 solicitar 1/3 por segmento, no caso 3 representantes por segmento. Então na gerência
148 entendem que colocando 1/3 por segmento não teria problema, que a regra geral do
149 quórum de deliberação é a obrigatoriedade de ter a participação de todos os segmentos,
150 Como colocado pelo Prof. Sylvio. Sobre o quórum de instalação, pontua ter entendido o
151 que o Comitê colocou. Ressalta não ter participado da última reunião, mas fica claro no
152 sentido de que não feriria uma vez que 50% na última chamada ainda é mais amplo que os



153 40% que foi estabelecido na deliberação 69, mas como tem uma nota jurídica que foi
154 expedida e a aprovação do regimento interno do comitê depende da aprovação da
155 procuradoria, e o comitê está sujeito a trancamento de pauta até a aprovação do regimento.
156 Jeane sugere aprovação pelo Comitê do Regimento conforme Deliberação 69 e
157 posteriormente faz as inclusões propostas pelo plenário. O Presidente agradeceu a
158 representante do Igam pelos esclarecimentos e disse que a proposta inicial é de manter o
159 que a DN 69 está pedindo e em ato contínuo o comitê irá solicitar um novo parecer da
160 procuradoria do IGAM, pedindo o embasamento do parecer ou da não legalidade daquilo
161 que o plenário está propondo no regimento. Sylvio Andreozzi pontua sobre a redação do
162 parágrafo 4º, 1º do artigo 25 e sugere a seguinte redação: *“também com a presença de pelo*
163 *menos um representante de cada segmento”*, esse foi o problema indicado na opinião do
164 parecer que foi emanado pela assessoria jurídica. Se o problema for essa questão, só
165 repetem, porque a ideia básica era em 1ª chamada com 50%, em 2ª chamada com 50%,
166 com a presença dos quatro segmentos que é importante para a assessoria jurídica do
167 IGAM. Os conselheiros discutiram amplamente sobre os apontamentos. O representante
168 da Prefeitura Municipal de Indianópolis, Reginaldo José de Oliveira expõe que dá a
169 entender é que a deliberação 69, a intenção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos é
170 padronizar os regimentos, e entende por outro lado que o comitê é muito participativo e
171 procura avançar nas questões, procurando melhorar na participação e a representatividade,
172 ele entende que a luta deve ser paralela, qualquer vírgula diferente que eles colocarem,
173 qualquer palavra, haja vista que as decisões dos conselheiros devem ser canceladas por
174 uma procuradoria e ela já mostrou para eles o texto que ela aprova, então o plenário irá
175 continuar discutindo uma questão que não possuem autoridade, onde quem vai decidir vai
176 ser a estância superior. Assim, a melhor forma é conforme foi sugerido pelo Presidente.
177 Jeane explica sobre a colocação de Prof. Sylvio referente ao quórum de instalação, onde
178 ele disse que o problema seria o final da 2ª chamada sobre a questão da obrigatoriedade
179 da representação mínima de segmento. Maia informa que na deliberação 69, conforme está
180 escrito, logo depois do primeiro taxado, é que o quórum de instalação não tem a
181 obrigatoriedade nem na 1ª chamada nem na 2ª chamada dessa representação mínima, o
182 objetivo seria um quórum de instalação, não pensar por segmento, pensar por 50% mais 1
183 da forma como já acontece, o que está diferente é uma redução do número de participantes
184 para 2ª chamada, e no histórico do Araguari, não problema com quórum, lembrando que aí
185 possivelmente não vão chegar na 2ª chamada, então o quórum de instalação permaneceria
186 da mesma forma como é hoje que é da maioria absoluta dos membros. O que teria a
187 obrigatoriedade de ter pelo menos 1 por segmento seria no quórum de deliberação, onde a
188 reunião pode até começar como é hoje, 50% mais 1, mas para que seja feita alguma
189 deliberação tem que ter a participação de todos, a regra seria de no mínimo 10% dos
190 membros por segmento, ter pelo menos uma pessoa por segmento, e aí estariam



191 aumentando para 1/3 o que a nota jurídica coloca essa questão, que por mais que eles
192 estejam sendo mais restritivos no sentido de ter a maioria dos conselheiros, perderia essa
193 questão de todos com no mínimo um representante de cada segmento. No quórum de
194 instalação não tem essa obrigatoriedade como a 69 traz, somente no quórum de
195 deliberação. Jeane esclarece sobre prazos e inclusão de contexto no Regimento Interno do
196 Comitê. O representante da ANGÁ, Antônio Giacomini ressalta que estão passando por um
197 processo na relação entre a entidade do Igam que é a reguladora e os comitês, o Igam
198 administra 36 comitês do estado e está fazendo de tudo para tornar essa administração
199 mais homogênea, ou seja, regimentos iguais, sistemas e metodologias de cobranças iguais
200 pautadas pelo Igam, obviamente aprovada no conselho e quem conhece o conselho sabe
201 da influência do Igam. Giacomini fala sobre a criação de um conjunto de procedimentos
202 homogêneos que se justificam dentro do Igam para que essa administração seja mais
203 racional do ponto de vista administrativo. Estão vendo que cada comitê tem sua própria
204 realidade, suas características, e aí vem uma sugestão que na verdade é uma imposição
205 de um regimento de que se você não fizer da maneira que ele vem, será dificultado, não
206 que seja impossível, mas é muito trabalhoso e acaba criando diversas barreiras, tinha o
207 prazo, o prazo já se esgotou, se não aceitar da maneira como vem de lá a pauta está
208 trancada e ponto. Então terá que decidir, ou faz exatamente do jeito que o Igam quer ou
209 terão grandes dificuldades, o mesmo tem acontecido na metodologia da cobrança, saiu
210 uma metodologia de cobrança geral e impositiva, como exemplo foi citado a metodologia
211 da cobrança do PN3 que foram colocados alguns avanços e foi difícil de aprovar. O
212 Secretário do CBH Araguari, Maurício Marques Scalon pontua que entende, e que o Igam
213 tem que atualizar e modernizar a gestão em relação aos comitês, entende que é trabalhoso
214 mas a política de recursos hídricos é uma política de estado, não é de governo. Ressalta
215 também a tentativa de diminuir a participação do comitê, cita a PL4546. A Gerente da
216 CECBH/Igam, Maria de Lourdes Amaral fala que gostaria muito de acompanhar a reunião
217 do PN2, porém coincidiu com outra reunião em que ela é conselheira, mas pontua sobre a
218 fala da imposição do IGAM, do regimento vir de cima para baixo. Amaral esclarece que não
219 é o Igam, e sim o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), explica que foi discutido
220 no CERH, a proposta de agosto até fevereiro com representante de todos os segmentos e
221 inclusive foi feito pedido de vista, diligência. Maria de Lurdes fala sobre os atrasos dos
222 processos eleitorais por causa da DN 69, sabe que as vezes o comitê fica indignado com
223 algumas questões que não são compatíveis com a vivência do comitê, mas isso não é do
224 Igam, é do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O parecer da procuradoria é baseado
225 na DN 69, caso for alterar conteúdo que não vai de encontro com a DN 69, esse deverá ser
226 discutido no CERH. Cita exemplo a questão da Associação e Consórcios que o município
227 não pode ter vaga isolada, houve essa discussão no PN1, então isso é moção, para alterar
228 o parágrafo, quem aprovou foi o conselho estadual, não foi o Igam, só estão cumprindo o



229 que o conselho estadual aprovou. Após discussão o Presidente expõe a proposta que é de
230 aprovar o regimento de acordo com a Deliberação 69 e paralelo a isso encaminhar um
231 parecer jurídico ao Igam com os apontamentos do Professor. Gonçalves questiona se todos
232 os conselheiros estão esclarecidos e se alguém tem outra proposta, não tendo, foi colocado
233 em votação, sendo aprovado, com a desaprovação dos conselheiros: Gabriel Miranda,
234 Mauricio Scalon, Sylvio Andreozzi, Fausto Silva, Celismar Costa e uma abstenção do
235 conselheiro Antônio Giacomini. Sylvio Andreozzi faz a sua declaração sobre votar contrário
236 ao encaminhamento, entende perfeitamente o Presidente sobre o encaminhamento dado,
237 por considerar que as alterações propostas por essa assembleia não contrariam a DN 69 e
238 o encaminhamento dado pela nota jurídica contraria a ideia da autonomia que os comitês
239 têm em particularmente da possibilidade de organizar o seu próprio regimento de
240 funcionamento como é garantido por lei. O Presidente solicita a ABHA para que faça o um
241 parecer jurídico com as colocações que eles fizeram no regimento para ser reenviado ao
242 Igam. No **item 5** de pauta, o Presidente expõe sobre a Deliberação do CBH Araguari nº 124
243 e coloca em aprovação, sendo referendada pelos membros. No **item 6** de pauta, o
244 Presidente explica sobre a Deliberação do CBH Araguari nº 130. Scalon relata sobre a sua
245 participação no evento. Pontua que foram discutidos em grupo, propostas de metas e
246 desafios do Comitê Federal do Paranaíba para os próximos anos, até 2030. Ressalta que
247 fez uma proposta ao presidente para a realização de um encontro dos comitês mineiros e
248 goianos do Rio Paranaíba, para uma discussão mais ampla, inclusive com o intuito de
249 chamar o poder público municipal a discutir de maneira mais sistemática as questões da
250 política de recursos hídricos. Gonçalves coloca a deliberação em aprovação, sendo
251 referendada pelos conselheiros. No **item 7** de pauta o Presidente passa as apresentações
252 dos pareceres de vista. O representante do Grupo Escoteiro Potiguar Gabriel Miranda faz
253 a leitura do Parecer de Vista sobre o Processo de Outorga nº 31983/2014, concluindo que
254 compreende que as condicionantes impostas pela concessão da outorga, propostas pelos
255 competentes relatórios do IGAM e CTOC devam também ser complementadas para além
256 da condicionante 19, acrescentando: Inclusão do abastecimento público de Tapira/MG
257 como elemento a ser analisado na área de influência do empreendimento no Modelo
258 Hidrológico, de acordo com a condicionante 5 e 5.a, Tempo: a cada dois anos; Estudo
259 autônomo ao Modelo Hidrológico com a participação do corpo técnico da Prefeitura do
260 município de Tapira/MG e Copasa, em que demostre a forma com que a atividade do
261 empreendimento impactará o abastecimento urbano, Tempo: 240 dias a partir da
262 publicação da portaria; Dar publicidade em aba própria do site do empreendedor, de forma
263 a dar pleno acesso a toda sociedade civil e interessados ao estudo e sua metodologia,
264 Tempo: Após conclusão do estudo. A representante da Federação das Indústrias do Estado
265 de Minas Gerais (Fiemg), Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves pontua sobre o
266 trabalho realizada na CTOC, que o membro da Câmara técnica, Sr. Ivo compilou em



267 relatório as informações apresentadas e discutidas nas reuniões. Cunha apresenta o
268 parecer de vista concluindo que a Mosaic atende a todos os requisitos para obtenção da
269 outorga, determinados por todas as instâncias citadas no parecer, a Fiemg recomenda, por
270 meio do parecer, a aprovação da renovação da outorga de direito de uso de recursos
271 hídricos, objeto do processo SEI nº 1370.01.0007548/2021-77. Gabriel Miranda expõe que
272 secamento de córregos vai haver, tanto que o próprio empreendedor no modelo hidrológico
273 aponta inclusive a data de acordo com o avanço, haverá a seca natural de alguns córregos
274 em virtude do avanço e já apontam quais as medidas indicadoras que irão realizar ao longo
275 desses 50 anos. Maria Eduarda R. da Cunha pede desculpas por não se expressar bem
276 sobre o secamento dos córregos, mas o que ela quis comentar é sobre o que ocorreu em
277 2012, e esse arquivamento se deu em 2018 após a análise do ministério público,
278 envolvendo a supram e audiências públicas, o desenvolvimento de comitês de bacias.
279 Cunha expõe que na visita foi apresentado as medidas que a Mosaic compensou para a
280 população atingida. O Presidente questiona o empreendedor se tem algum esclarecimento
281 sobre os pareceres de vista. A representante da Mosaic, Caroline Oliveira disse que
282 gostaria de fazer alguns esclarecimentos e fala sobre os técnicos presentes na reunião que
283 poderão ajudar a complementar. Expõe que essas questões relacionadas sobre ao modelo
284 hidrogeológico tem uma particularidade muito técnica e acabam tendo dificuldade de
285 disponibilizar os estudos técnicos para entendimento da população, seria mais simples se
286 fizessem num rima que é uma linguagem mais acessível, o documento hidrogeológico não
287 é um documento que se disponibiliza no site e qualquer pessoa consegue analisar, então
288 é sempre aberto com a companhia e as explicações com o técnico da empresa ou das
289 consultorias que atendem, sendo assim, não é comum colocarem no site. Além disso, em
290 relação aos estudos depois de 2016, a Mosaic fez uma série de complementações e a área
291 do abastecimento público de Tapira estava fora dos impactos do modelo, é importante se
292 atentar nisso, e até na proposição e análise do Sr. Ivo na Câmara Técnica de Outorga, já
293 foi proposto um texto de condicionante que observa a atualização de um estudo que avalia
294 eventuais impactos no abastecimento hídrico. Nayana Marques pontua sobre as ações para
295 preverem os impactos e tentar mitigá-los, no caso específico sobre o histórico trazido de
296 2016, tinha um secamento das nascentes mas não foi possível relacionar com as atividades
297 de Tapira, outros rebaixamentos foram identificados e está colocado no modelo que serão
298 tomadas as ações para não reduzir, então na prática já acontece, a água que é bombeada
299 do lençol vai ser conduzida para esses pontos identificados que efetivamente estão
300 sofrendo rebaixamento por conta da atividade, assim mitiga o impacto da atividade que é
301 real e que existe. Caroline Oliveira expõe que os dois pareceres trazem sobre o impacto da
302 atividade do rebaixamento, a redução de vazão de água de alguns rios, que
303 comprovadamente não atinge o modelo de capacitação da cidade de Tapira, isso é um
304 ponto importante de salientar, e a responsabilidade da empresa dentro do processo de



305 outorga é restituir a vazão dessa água nesses córregos e cursos d'água que estão no
306 entorno, onde tem a vizinhança imediata. Em duas oportunidades a Mosaic apresentou
307 para o comitê as ações realizadas, além da restituição da água no rio, em 2020 e 2021, a
308 Mosaic fez um trabalho com a comunidade vizinha, melhorando o sistema de abastecimento
309 de água com armazenamento, colocando caixas d'água, colocando sistema de captação
310 para que esse impacto da escassez hídrica, somado com o rebaixamento não trouxessem
311 essa percepção de falta de água, pois a empresa tem realizado o acompanhamento e com
312 diálogo bem próximo da comunidade, que facilita entender o impacto na vizinhança e além
313 do que, está previsto na condicionante, sempre propor medidas complementares que
314 reduza o impacto na vizinhança. Foi projetada uma imagem para contextualizar o que a
315 Caroline disse, mostrou o monitoramento do nível de água subterrânea. O representante
316 da Urga, Bruno Neto de Ávila expõe sobre a preocupação citada no parecer do conselheiro
317 Gabriel. Ressalta que o trabalho para amenizar os impactos tem sido feito pela Mosaic. O
318 Presidente solicita a apresentação do Relatório Técnico da CTOC. O representante da
319 CTOC, Ivo Ávila apresenta uma imagens sobre a realidade de Tapira e o Relatório Técnico
320 da CTOC. O Presidente agradece a apresentação do Ivo. Maria Eduarda pontua que
321 conforme a apresentação do senhor Ivo de Ávila, entende que as condicionantes que foram
322 propostas pela CTOC sanariam as dúvidas do parecer de vista. Gabriel Miranda ressalta
323 que não, pediu para voltar no item 5 que foi apresentado e abrir o parecer técnico do IGAM,
324 na página 50, coloca que a questão é a que o empreendedor esclareceu, não existe estudo
325 quanto ao impacto direto do município de Tapira, e por isso ele compreende que não há.
326 Gabriel põem que para resolver de forma rápida, retira o tópico dois, e compreende a
327 necessidade de dar publicidade a esse estudo, mas em virtude do debate, para conseguir
328 resolver rápido retira, mas permanece com a inclusão do abastecimento do município de
329 Tapira como um elemento a ser analisado na área de empreendimento de modelo hidro
330 geológico, o abastecimento público não é analisado, isso o próprio empreendimento está
331 afirmando, então permanece com essa condicionante, de incrementar a área de influência
332 do abastecimento no tópico do 5.a e 5.b. Gonçalves coloca que irá manter todo o parecer
333 como sugerido pela CTOC, incluindo os tópicos 5.a e 5.b levando em consideração o
334 abastecimento de Tapira. O representante da Mosaic, André Santos mostra a imagem do
335 Córrego Fruteiras que abastece Tapira sobre a captação de água, e contextualiza que está
336 incluído dentro do modelo que é a linha vermelha. Ivo de Ávila disse que talvez tenha sido
337 mal interpretado, que as condicionantes da CTOC bastam, não pontuou neste sentido,
338 pontuou que as condicionantes do Gabriel são muito pertinentes, ele acha que as
339 condicionantes da CTOC não suprem a que foi feita pelo Gabriel. O Presidente,
340 primeiramente, pediu uma confirmação da Mosaic, como foi falado pelo André, já contempla
341 a situação e o monitoramento do abastecimento se já estão na condicionante. A
342 representante da Mosaic, Nayana Marques disse que sim, que não tem problema ficar



343 detalhado na condicionante. O Presidente coloca em deliberação o Relatório Técnico da
344 CTOC e o Processo de outorga nº31983/2014, requerido pela Mosaic Fertilizantes P&K
345 Ltda, processo SEI nº1370.01.0007548/2021-77, sendo aprovado com as abstenções dos
346 conselheiros: Bruno Neto de Ávila (Igam), Daiana Souza (Prefeitura Municipal de Uberaba)
347 e Alex Batista (Ibram). No **item 8** de pauta o Presidente informa sobre a participação do
348 CBH Araguari no Encob, que conforme sugerido pelo conselheiro Sylvio Andreozzi, será
349 criado um grupo de WhatsApp para os participantes possam fazer um planejamento de
350 participação. Sobre o estande Gonçalves informa que não houve a parceria com outra
351 instituição, dessa forma não haverá o estande do CBH Araguari. O Presidente do comitê
352 agradece a presença de todos. Encerro esta ata, Isabel Evaristo, constando que a lista de
353 presença anexa é parte integrante deste documento.

354 Link da gravação da 4ª Assembleia Geral Extraordinária no YouTube:
355 <https://www.youtube.com/watch?v=GhtAV6hTHko>

356

MAURÍCIO MARQUES SCALON
Secretário do CBH Araguari

BRUNO GONÇALVES DOS SANTOS
Presidente do CBH Araguari

357

358

